

167 Proposta causou desconfiança no Legislativo

Modelo de contratos de gestão foi alvo de críticas de integrantes da base do governo e da oposição

Os partidos de oposição ao governo na Assembleia e vários integrantes do Conselho Estadual da Saúde – órgão responsável pela fiscalização do repasse de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) – não acreditam nas boas intenções do governo ao transferir os novos hospitais à iniciativa privada. Desde que chegou ao Legislativo, em fevereiro deste ano, o projeto tem sido alvo de muitos protestos e acusações, até mesmo de integrantes da bancada governista. Embora favoráveis ao princípio da parceria com o setor privado na área de saúde, os movimentos sociais e alguns parlamentares não concordam com a maneira como o Estado está fazendo os contratos de gestão.

Da forma como chegou à Assembleia, o texto da proposta não previa nenhuma garantia de fiscalização social do dinheiro público que será repassado às entidades. O projeto não estabelecia nem que os termos do contrato de gestão e os gastos das organizações com os hospitais fossem publicados no *Diário Oficial do Estado*.

A impossibilidade de fiscalização dos recursos públicos causou indignação nas associações da sociedade civil e de profissionais ligados à área de saúde. Em protesto, cerca de 50 associações e movimentos do setor lançaram um “manifesto em defesa do SUS”, acusando o governo de contrariar resoluções firmadas pelo Conselho Estadual de Saúde que definiram crité-

rios de controle público dos processos de parceria.

De acordo com o manifesto, as resoluções foram aprovadas após meses de debate e tiveram o aval do secretário estadual de Saúde, José da Silva Guedes, que preside o conselho. Procurado pelo **Estado**, o secretário não deu retorno às ligações da reportagem.

Depois de muita pressão dos movimentos sociais, a bancada governista concordou em aceitar emendas que melhoravam a fiscalização pública do destino dos recursos do SUS. O projeto, que ainda precisa ser aprovado em plenário, prevê agora que a comissão que vai fiscalizar a execução dos contratos seja composta por dois integrantes do Conselho Estadual de Saúde e dois deputados estaduais. Anteriormente, essa comissão era formada apenas por profissionais indicados pelo secretário de Saúde.

Leitos – Outra modificação feita diz respeito ao número de leitos para atendimento do SUS. O projeto original previa cerca de 60% de leitos para a população carente, enquanto o restante poderia ser usado para o atendimento de convênios. O texto atual prevê atendimento integral ao SUS.

Outra reclamação dos movimentos sociais e das bancadas de oposição é sobre a falta de transparência no critério de escolha das entidades sociais para o gerenciamento dos hospitais. Essa tarefa, como prevê o projeto, caberá somente ao se-

cretário estadual de Saúde, sem qualquer tipo de licitação ou explicação pública sobre os critérios de escolha de uma ou outra organização social. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria de Saúde, não existe outra forma legal de escolha das organizações sociais.

“Não há meios eficientes de controle da sociedade sobre o uso do dinheiro, o que dá margem à corrupção”, sustenta o presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, deputado Roberto Gouveia (PT). Ele chama atenção também para os benefícios que as entidades terão com os contratos de gestão: recebimento de verba orçamentária e isenção fiscal.

Segundo o deputado, o projeto contraria ainda o Código Estadual de Saúde, legislação que rege o setor e foi sancionada por Covas. O artigo 20 do código diz que “é ve-

dada qualquer transformação de execução ou gestão do serviço público de saúde à iniciativa privada”. Ele afirma que Covas está tentando criar uma “lei de exceção” ao sistema já existente. “É o uso privado do patrimônio público.”

Apreciado no início da campanha eleitoral, o governo está tendo dificuldades em aprovar o projeto. Vários parlamentares temem a repercussão negativa em suas bases eleitorais da aprovação desse texto e estão tentando negociar vantagens políticas em troca de voto. “O que está atravancando o projeto são os problemas políticos”, argumenta Milton Flávio. (R.T.)

CONTROLE DO
DINHEIRO
PÚBLICO NÃO
ERA PREVISTO